

FRANCISCO ABREU

A REVOLUÇÃO
PORTUGUEZA: O 31 DE
JANEIRO (PORTO 1891)

Francisco Abreu
A Revolução Portuguesa: O
31 de Janeiro (Porto 1891)

*http://www.litres.ru/pages/biblio_book/?art=24174916
A Revolução Portuguesa: O 31 de Janeiro (Porto 1891):*

Содержание

CAPITULO I	5
CAPITULO II	13
CAPITULO III	20
CAPITULO IV	28
CAPITULO V	36
CAPITULO VI	42
Конец ознакомительного фрагмента.	50

JORGE D'ABREU

A Revolução Portuguesa: O 31 de Janeiro (Porto 1891)

PALAVRAS DE UM SOLDADO

**ao presidente do tribunal de
guerra, no acto do julgamento:**

... Eu, meu senhor, não sei o que é a Republica, mas não póde deixar de ser uma cousa santa. Nunca na egreja sentí um calafrio assim. Perdí a cabeça então, como os outros todos. Todos a perdemos. Atirámos então as barretinas ao ar. Gritámos então todos: – Viva! viva, viva a Republica!...

*Do «Manifesto dos Emigrados da
Revolução do Porto de 31 de Janeiro
de 1891.»*

CAPITULO I

O movimento de 31 de janeiro filia-se no "ultimatum" de 1890

A revolta militar de 31 de janeiro de 1891 caracterisou-se pela precipitação com que foi decidida e a pouca ou nenhuma reserva com que foi organizada. Durante mezes uma parte do paiz teve conhecimento quasi minucioso de que se conspirava contra a monarchia e que na conspiração entravam elementos de importancia recrutados na officialidade dos regimentos que a guarneciam. No entanto a explosão patriótica, que na madrugada de 31 fez triumphar por algumas horas a bandeira verde e vermelha, surpreendeu muita gente porque apenas uma insignificante minoria não julgava extemporaneo o *rebentar da bomba*.

A causa unica do movimento podemol-a filiar no *ultimatum* de 1890. Por espaço d'um anno, a agitação popular, que essa chicotada diplomatica provocara nos primeiros instantes – agitação que, no dizer de João Chagas, trouxera pela primeira vez para a rua, a manifestarem-se, «homens graves e de chapéu alto» – por espaço d'um anno, repetimos, essa agitação minou profundamente diversas camadas sociaes e fez augmentar por uma forma extraordinaria o descontentamento da nação, a sua hostilidade contra o regimen monarchico e o soberano. Viu-

se claramente, n'esse momento grave da vida portugueza, que, ao substituir-se o ministerio abatido pelo *ultimatum*, o novo governo procurara antes de mais nada deitar uma escórra ao throno, desprezando em absoluto as reclamações do povo, a sua grita sedenta de justiça. Calcára-se a patria para sustentar no poder o monarcha brigantino. A dignidade da nação, o seu anseio fervoroso de que o *ultimatum* obrigasse a politica governativa a mudar de processos, a trabalhar com seriedade, uma e outro foram espesinhados pelo empenho dos aulicos da monarchia em precavel-a da marcha progressiva das ideias democraticas. D'ahi o exodo para o partido republicano de muitos dos homens que até então tinham tentado servir os partidos monarchicos com boa fé e dedicação.

Mais adeante desenvolveremos, na medida do possivel, esse periodo da historia contemporanea, cujos incidentes, voltamos a affirmar-o, fizeram germinar o pensamento da revolta e contribuíram directamente para que ella rebentasse no Porto no dia 31 de janeiro de 1891. Por agora limitaremos o nosso papel de modesto e desataviado chronista da Revolução Portugueza a descrever o que occorreu em Lisboa mal se soube da momentanea victoria das armas republicanas. É interessante recordar as horas de mortifera expectativa que a capital soffreu, enquanto a varias leguas de distancia um troço de valentes se fazia massacrar pela chamada *guarda pretoriana*.

Nas vespéras da revolta, os jornaes de Lisboa ainda reflectiam quasi toda a indignação e a celeuma causadas pelo *ultimatum*.

A poucas horas de ser iniciado o movimento, os *Pontos nos ii* inseriam uma pagina faiscante de Bordallo Pinheiro, intitulada *A maldita questão ingleza*. As perseguições a differentes officiaes do exercito succediam-se com uma pertinacia feroz. No dia 30 de janeiro, um jornal, alludindo á que fôra movida ao alferes de caçadores 9 (aquartelado no Porto) Simões Trindade, salientava o facto curioso d'esse official ter sido, em 27 d'aquelle mez, mandado apresentar *immediatamente* no quartel general da respectiva divisão; depois, d'ahi, mandado seguir, *immediatamente*, para o ministerio da guerra; d'aqui apresentado *immediatamente* no quartel general da 1.^a divisão, onde tinham acabado por lhe dar uma guia afim de se apresentar, *immediatamente* tambem, no regimento de infantaria 24, aquartelado em Pinhel. Os jornaes do Porto, confirmando esse furor persecutorio, accrescentavam que a violencia das auctoridades militares incidia especialmente sobre os officiaes inferiores.

Surgiu a manhã de 31 e com ella principiaram a circular em Lisboa os boatos alarmantes. Um d'elles, talvez o primeiro e o que mais consistencia adquiriu desde logo no espirito do publico, dizia:

No Porto, ás seis horas, os regimentos de caçadores 9 e infantaria 10 e parte de infantaria 18, sahindo dos quarteis, dirigiram-se á praça da Regeneração, soltando vivas á Republica. O movimento tende a alastrar-se. A guarda municipal quiz oppôr-se-lhe; mas, depois d'uma descarga dada por caçadores 9, e

da qual morreram 12 soldados d'aquella guarda, os outros adheriram aos revoltosos.

A seguir, correu que a primeira auctoridade militar do Porto pedira de madrugada reforço á *guarda pretoriana*, mas que ella se recusara peremptoriamente a combater as tropas sublevadas. Dizia-se tambem que toda a guarnição se solidarisara com os insurrectos.

Estas e outras noticias, como é de comprehender, lançaram na capital uma agitação indescriptivel. Os primeiros momentos foram, sem duvida, de confusão e de panico. Ás 7 da manhã, o ministerio já estava reunido e procurava, não sem difficuldade, tomar contacto com a situação. Ás 8, eram chamados ao paço da Ajuda o presidente do conselho e o general Moreira, commandante das guardas municipaes. D'um extremo ao outro da cidade, desfilavam vertiginosamente as ordenanças, os correios, e a população, despertada pelo annuncio retumbante d'esse golpe de audacia republicana, espreitava curiosa a sequencia e o desfecho dos acontecimentos.

Pouco depois das 8 horas, correu em Lisboa que um telegramma recebido no jornal o *Seculo* affirmava estarem occupados pelos insurrectos todos os edificios publicos e que a população da capital do norte adherira em massa á obra iniciada pelo exercito. Era o triumpho completo da Revolução, o alvorecer radioso d'um novo regimen politico, interrompendo na nossa historia o desenrolar corrosivo da tyrannia monarchica. O governo, reunido, tentava com medidas successivas suffocar

o incendio que lavrava no Porto. Os regimentos de infantaria recebiam ordem de partir para ali. O sr. Antonio Ennes, ministro da marinha, fazia-se conduzir ao Arsenal e ahi, em conferencia com o commandante geral da armada, exigia que os navios de guerra disponiveis seguissem sem demora a investir a cidade revoltada. O ministerio fremia de impaciencia e de terror. A familia real inquiria constantemente das diversas phases da insurreição. Os elementos avançados principiavam a respirar a atmospha de liberdade trazida do Porto na lufada dos telegrammas optimistas. A alegria desenhava-se em quasi todos os rostos.

Longas horas se passaram assim – horas de esperanza, horas de expectativa anciosa – durante as quaes os boatos nunca cessaram de fervilhar. Contava no dia seguinte um jornalista que a confusão de momento era tal que os mesmos alviçareiros que espalhavam a noticia da victoria decisiva dos sublevados não tardavam d'ahi a instantes a divulgar o contrario. Para o paço de Belem havia desde manhã cedo enorme affluencia de personagens officiaes. «Desde os ministros, affirmou mais tarde um *reporter*, até os simples fidalgos cavalleiros, dos quaes vimos dois, fardados, irem em trem pôr-se ás ordens de D. Carlos, todos á porfia accorreram á regia morada.» A guarda do paço era n'esse dia de infantaria 2. Mas, apesar do reboliço que ia dentro do edificio, os soldados mostravam-se despreoccupados e no local – cá fóra – pouco se sabia da revolução. Os politicos, frequentadores da Arcada, andavam desvairados. Uns

asseguravam que a população portuense, dirigida por officiaes de caçadores 9, arvorara a bandeira republicana no palacio da Bolsa; outros que infantaria 8, de Braga, e o 14, de Vizeu, tinham adherido ao movimento; outros ainda que a guarda municipal, fraternizando com os revoltosos, se apressara a soltar João Chagas, que então expiava na cadeia da Relação a condenção imposta por um delicto de imprensa. Os que pareciam melhor informados accrescentavam a tudo isto que na madrugada de 30 de janeiro varios telegrammas cifrados haviam annuciado aos dirigentes da politica democratica o *estalar da bomba*. De Lisboa, por exemplo, tinham perguntado para o Porto: *Como vae o doente?* Do Porto tinham respondido: *Deve morrer ámanhã...*

Mas, ao começo da tarde, o optimismo cedeu o passo ao desalento. As agencias officiosas principiaram a falar em suffocação da revolta e em rendição de revoltados. Mudára a face das cousas. O paço animava-se, o governo cobrava sangue frio. O commandante da divisão militar com séde na capital do norte – o general Scarnichia – que na occasião se encontrava em Lisboa, tratando junto do ministerio da guerra das transferencias dos seus subordinados suspeitos de republicanismo, seguia ás 2 e 30 para o Porto n'um comboio especial. Uma parte das tropas que, tendo recebido ordem de marchar em soccorro da monarchia, já se agglomeravam nas estações de caminho de ferro, regressava a quarteis. Suspendiam-se por um mez as garantias em todo o districto do Porto e auctorisava-se a suspensão dos *jornaes perigosos* ali e no resto do paiz. Evidentemente, a sublevação

não lograra exito e o sangue derramado na manhã de 31 servira apenas a registrar uma infructifera tentativa de reacção contra a dynastia oppressora. A democracia fôra vencida pouco depois de ter vencido. A atmospheria voltava a carregar-se de violencia, de jugo tyrannico, e no horisonte já se descortinava que as represalias iam ser ferozes. Uma gazeta das mais populares da epoca, reconhecendo que, uma vez dominada a *sargentada*, o governo se apressaria sem duvida a esmagar a mais insignificante velleidade de resistencia, escrevia vinte e quatro horas apoz a derrota:

«Á mercê do arbitrio é difficil poder-se viver; aguardemos melhores dias de liberdade e... calemo-nos.»

Extincto o clarão redemptor, a imprensa – salvo raras excepções – ou vociferava tonitruante, enraivecida, contra os revoltosos, pedindo para os vencidos o maximo do castigo – até a pena de morte – ou se curvava resignada sob a ameaça do triumphador, disposta a supportar em silencio a desforra cruel que os vencedores procurariam abertamente tirar dos derrotados. O nucleo dirigente do partido republicano escrevia a poucas semanas dos acontecimentos:

«O directorio cumpriu o seu dever, synthetizando as aspirações d'um partido; em vez de appellar para aventuras anarchicas, recommendou á imprensa republicana, aos conferentes e propagandistas a demonstração calma e justificada d'esses principios. (Alludia aos que tinham sido consignados no seu manifesto de 11 de janeiro de 1891).

«Aceitando o mandato de acção, conferido pelo ultimo congresso, o directorio entendeu que consistia essa acção em repellar a mesquinha subserviencia que envolvia o partido em accordos com os grupos monarchicos e em conter as individualidades sem mandato, que, trabalhando sem disciplina, compromettiam o partido, como em seguida os acontecimentos o provaram.

«As revoluções são factos inherentes ao organismo social; não é um grupo de homens que as fazem, como ou quando querem; mas compete a esse grupo dar-lhes pensamento e direcção quando sobrevenham.»

Resumindo: o directorio entendia de boa politica não se responsabilisar pela tentativa mallograda e condemnava-a pelo que ella se lhe affigurava de desordenada e inopportuna. N'outra passagem do documento a que nos referimos affirmava que «a nação inteira julgara immediatamente o movimento de 31 de janeiro pela sua *inopportunidade*.» E no emtanto, a poucos dias da revolta, o mesmo directorio tinha espalhado profusamente esta opinião nitida e vigorosa:

«No momento que atravessamos não ha logar para demonstrações theoricas nem para argumentar com os pedantocratas do constitucionalismo. Elles já deram as suas provas. Para a crise extrema um supremo remedio».

Supremo remedio!.. Que outro poderia ser, afinal, senão o iniciado na manhã de 31?

CAPITULO II

O primeiro rebate do conflicto diplomatico anglo-portuguez

Precisemos os factos:

O *ultimatum* de 11 de janeiro de 1890 teve como pretexto a expedição do major Serpa Pinto na Africa Oriental. Antes d'ella já se falava vagamente na possibilidade d'um conflicto anglo-portuguez e porque em 1889, nos fins do reinado de D. Luiz, tudo o que dependia da influencia ou da acção ministerial se inclinava a hostilisar – ainda que mais ou menos disfarçadamente – a Inglaterra e as cousas inglezas.

Parece assente que aquelle soberano, levado talvez por considerações de ordem familiar, projectava lançar-se e lançar ostensivamente o paiz nos braços do imperio allemão, quebrando todos os laços intimos que, desde seculos, uniam a nacionalidade portugueza á Grã-Bretanha. D. Luiz e os seus ministros queriam mais: queriam amarrar á Allemanha o destino do nosso commercio vinicola e das nossas colonias – o primeiro ligado á França e as segundas relacionadas quasi todas com o dominio inglez. Tentou-se mesmo fazer derivar da França para a Allemanha a exportação dos vinhos nacionaes, com a organização em Berlim d'um certamen, que, no fim de contas, nada deu de productivo.

Mas o primeiro rebate d'essa hostilidade appareceu de fórma inilludivel em julho de 1889, quando o governo então no poder rescindiu o contracto de 14 de dezembro de 1883 (o contracto para a construcção do caminho de ferro de Lourenço Marques). Não diremos em absoluto que essa rescisão fosse apenas inspirada no desejo de ferir homens e interesses da Grã-Bretanha. A verdade, porém, é que muita gente quiz vêr logo no facto o ensejo propicio para o trespasse da mencionada concessão a um grupo de capitalistas allemães e essa suspeita surgiu clara e precisa na imprensa a mais ponderada e suave de termos. A Inglaterra, pela bocca dos seus órgãos jornalisticos, sentiu-se fundamente attingida com a medida tomada pelo governo portuguez e não tardou que dêsse largas a uma celeuma até certo ponto exagerada, mas comprehensivel em face das nossas manobras secretas com a chancellaria germanica.

Os periodicos londrinos aconselharam acto continuo o governo inglez a enviar a Lourenço Marques uma esquadra, com o fim, diziam ironicamente, de «proteger os seus subditos ali ameaçados pela valentia de Portugal», e embora um ou outro d'esses mesmos periodicos indicasse vagamente a arbitragem como um meio decente de liquidar o assumpto, o conjuncto d'elles não desafinava na sua exigencia de que deviamos soffrer uma punição significativa. Por alguns dias recebeu-se, effectivamente, que o governo inglez seguisse o conselho da imprensa exaltada. Mas, como ainda não soara a hora para a diplomacia britannica nos mostrar que andavamos por caminho

errado, pretendendo, nos pactos de alliança internacional, substituil-a pela Allemanha, as cousas foram atamancadas sem grande dispendio de dignidade e as nuvens negras, que já carregavam e entenebreciam o horisonte, perderam um pouco do seu aspecto ameaçador.

O partido republicano, tendo seguido com interesse patriotico a marcha dos incidentes, não duvidou estigmatizar publicamente o projecto desvairado da monarchia ao procurar enredar a nacionalidade na teia emmaranhada d'um conflicto diplomatico. Os jornaes da epoca falam pormenorisadamente da campanha que esse partido então fez não só contra a projectada alliança luso-germanica mas, principalmente, contra a entrega do caminho de ferro de Lourenço Marques a um grupo allemão.

Quando surdiu o *ultimatum*, ninguém hesitou em reconhecer que, se a patada do colosso de além Mancha era brutal, mesmo brutalissima, á monarchia e aos seus governos cabiam, entretanto, uma boa parte das culpas. Opinião identica expressou-a mais tarde João Chagas ao tratar do assumpto, de collaboração com o ex-tenente Coelho:

«Estava-se em principios de janeiro sob uma situação presidida pelo sr. José Luciano de Castro e na qual detinha a pasta dos estrangeiros o sr. Henrique de Barros Gomes, quando os jornaes começaram referindo-se com insistencia á possibilidade d'um conflicto com a Inglaterra, a proposito das pretensões d'esta nação sobre os territorios do Nyassa, onde algumas expedições portuguezas de character scientifico

operavam ao tempo. O facto pareceu novo e surpreendeu, se bem que tivesse origem antiga no plano de absorpção da Africa Austral e dos territorios sertanejos de Moçambique, principiado a executar-se em 1888, pelo tratado feito entre a Inglaterra e o potentado Lobengula no qual era comprehendido o territorio dos Mashonas, reivindicado por Portugal; e levado a cabo pelo tratado de 18 de maio de 1891, extorquido pelo governo britannico á invalidez portugueza.

«O litigio, que veio a liquidar-se desastrosamente pelo *ultimatum* de 11 de junho de 1890, pode dizer-se, começou então. Durante dois annos – forçoso é reconhecer para esclarecimento da historia e apuramento de responsabilidades – a Inglaterra oppôz ás pretensões de Portugal o *veto* mais formal. Já em 1887, o marquez de Salisbury protestava contra os tratados, assignados e publicados, de Portugal com a Allemanha e a França, declarando não nos reconhecer o direito, que aquellas nações nos attribuiam, de exercermos jurisdicção em territorios d' Africa, onde não tinhamos occupação effectiva, e invocava, para justificar o seu protesto, as decisões da conferencia de Berlim.

«Mais tarde, em 1888, sir James Fergusson pronunciava na Camara dos Communs um discurso que fez impressão em Portugal, mas nem por isso deixou de constituir uma negação severa, que o governo britannico officialmente apoiou, dos direitos de soberania, invocados pelo governo portuguez, sobre o sertão da Africa Oriental. Quando, apoz o tratado feito pela

Inglaterra com o regulo Lobengulo, o governo portuguez quiz definir, por uma delimitação, a posse dos territorios da Africa Oriental (outubro de 1888) o governo britannico, presentindo que não chegaria a uma rapida conciliação, fez-lhe sentir, pelo ministro em Lisboa, sir George Petre, que o estado das relações entre os dois governos, no que se referia ás questões africanas, «estava longe de ser satisfatorio, e que uma prolongação d'esse estado podia conduzir a uma seria quebra de amizade entre os dois paizes.»

Em janeiro de 1889, o marquez de Salisbury queixava-se ao representante de Portugal em Londres de que o governo lusitano tivesse feito partir para a Africa e com *destino mysterioso* (aos territorios do Nyassa) a expedição do capitão tenente Antonio Maria Cardoso e avisava o diplomata portuguez «de que as boas relações dos dois paizes não podiam por muito tempo resistir ao perigo a que estavam sendo expostas». Essa expedição, á data da queixa do marquez de Salisbury, acampava no Monte Melange e luctava não só com as febres mas tambem com a falta de carregadores, parte dos quaes havia fugido. E facto curioso: emquanto o ministro inglez mostrava ao representante de Portugal apprehensões sobre o objectivo principal da expedição, «que lhe parecia ser o territorio occupado pelas missões e estações commerciaes inglezas», os indigenas da região atravessada por Antonio Maria Cardoso desfaziam-se em queixas contra os subditos britannicos, considerando-os d'uma tyrannia excepcional.

Em resumo: os inglezes, antes mesmo de occorrer o facto que mais tarde invocaram como a causa directa do rompimento de relações com o nosso paiz, já preparavam o golpe, aproveitando todos os ensejos de insinuar na diplomacia portugueza a ideia de que cedo ou tarde rebentaria o conflicto e de que este seria motivado essencialmente pela nossa politica e a nossa acção na Africa Oriental. O *ultimatum* de 1890 surprehendeu até certo ponto a população portugueza. O mesmo não succedeu, por certo, aos governantes, que estavam fartos de saber que a Grã-Bretanha só espreitava o momento favoravel de nos enviar essa ameaça humilhadora.

Ha quem attribua ao ministro do gabinete progressista que mais de perto lidou com a diplomacia ingleza intenções criminosas. Cremos, porém, que isso é exagerado. O ministro em questão, o sr. Barros Gomes, deve antes talvez ser accusado de incompetencia e inhabilidade. As cousas ter-se-hiam naturalmente passado de modo diverso se, quando appareceu na tela da discussão diplomatica a contestação da Inglaterra aos direitos que Portugal affirmava ter em varios territorios da Africa Oriental, o ministro, longe de empregar processos dilatorios, houvesse sem perda de tempo sujeitado o litigio ao exame e decisão d'uma conferencia das potencias signatarias do Acto Geral de Berlim. Por outro lado, como a Inglaterra fundamentava a sua contestação em que esses territorios nunca tinham sido occupados d'um modo effectivo por Portugal nem soffrido a menor influencia civilisadora, ao

governo da epoca incumbia logicamente desmentir com actos, e não com palavras, os argumentos utilizados pela poderosa Albion.

Mas o ministro culpado entendeu dever manter até quasi ás vespas do *ultimatum* uma attitude de indecisão e de pusillanimidade e assim, quando se iniciou a occupação definitiva dos territorios contestados, lançando-se aavez d'Africa algumas expedições, todas ellas chocaram innumerous obstaculos que precipitaram logicamente o desfecho da questão. O ministro n'essa altura ainda quiz emendar a mão; era tarde, porém, e os erros diplomaticos por elle commettidos não permittiam já que se recorresse á arbitragem internacional. Portugal tinha que aguentar a pé firme e sem esquivar tudo o que a Grã-Bretanha sobre elle fizesse desabar.

CAPITULO III

Serpa Pinto, á frente de 6000 homens, derrota os makololos revoltados

A expedição Serpa Pinto, já o dissemos, foi o rastilho que faz detonar a ameaça contida no *ultimatum*. Contemos como o caso se deu:

A expedição tinha por mobil o affirmar a soberania de Portugal nos territorios do Nyassa, que o nosso paiz reivindicava. Commandava-a aquelle major do exercito e compunham-na varios funcçionarios e technicos. O engenheiro chefe da missão de estudo era o sr. Pereira Ferraz. Em fins de 1899, Serpa Pinto, sahindo de Messanje em direcção a Quelimane, entregou-lhe o commando da expedição, enquanto outro funcçionario, o sr. Themudo, seguia para Mupasso com parte da gente e as embarcações transportando bagagens e mantimentos. O sr. Pereira Ferraz acompanhado d'uns duzentos homens dirigiu-se para ali a encontrar o seu collega de missão – disposto a acampar defronte de Mupasso para seguir á risca as instrucções do commandante em chefe. Tratava-se, não é mau repetir, de pacificar a região, que alguns pretos insubordinados «animados por uma influencia estranha, tentavam revoltar contra nós».

Os effeitos d'essa attitude hostile não se fizeram esperar. Logo que a expedição chegou em frente da aldeia dos makololos, viu-

se fóra do recinto da povoação varios homens armados e «dentro appareceram por cima da palissada muitas cabeças, ao todo talvez uns duzentos negros promptos a entrar em combate». O sr. Pereira Ferraz fez signaes para parlamentar com o que parecia ser o chefe dos pretos, o qual lhe correspondeu fazendo signal para que se approximasse. O sr. Ferraz queria dizer-lhe que não ia disposto á guerra, portanto que deixassem passar a sua gente e cargas e que lhe daria um presente.

«Não me deixou, porém – informa o mesmo engenheiro – o negro dizer nada d'isso, pois logo que nos viu ao alcance das espingardas de pederneira com que elle e os outros estavam armados, disparou sobre nós, fugindo para dentro do recinto, pelo que, chamando alguns dos nossos, que eu posso affirmar não passavam de 40, fizemos fogo sobre a povoação, que elles abandonaram com perda de 6 homens e umas 12 barricas de polvora, que explodiram no incendio que os landins lançaram ás palhotas da aldeia».

Por aqui se vê que os pretos tinham o firme proposito de aggreddir a expedição. Esta pouco depois era avisada de que os regulos Massêa, Catanga, Molidima, Caberenguene e os filhos do Chipitura haviam reunido e armado a sua gente e se tinham juntado a Melaure para baterem os nossos. Estas informações aterradoras, note-se, foram ministradas á expedição pelos inglezes Harry e George Petit, accrescentando-lhes que o Melaure tinha comsigo muita gente, muita polvora e 6:000 espingardas. Um e outro d'esses agentes britannicos

correspondiam-se com aquelle regulo e, tendo o sr. Pereira Ferraz convidado ambos, para maior segurança das suas fazendas e vidas, a retirarem-se para a povoação portugueza de Natumbe, a dois dias de viagem ao sul de Mupasso, pondo ás suas ordens, para isso, as necessarias embarcações, responderam-lhe que preferiam antes ir *to up*, sahindo logo no dia immediato em direcção ao norte, tentando ainda assim e infructiferamente lançar o panico entre os auxiliares portuguezes.

Os makololos, refeitos do primeiro embate, saltaram sobre a povoação portugueza de Samoane e, em territorio nosso, destruíram o caminho collimado e atravessaram n'elle espinheiros, dizendo que até ali tudo lhes pertencia e que matariam quem se atrevesse a collimar um palmo de terra d'ali para cima. Os indigenas de Samoane fugiram aterrados a acolher-se á protecção do sr. Pereira Ferraz e este engenheiro julgou mais prudente collocar-se em guarda e esperar reforços que pediu ao governador de Quelimane.

Foi depois d'isto que o major Serpa Pinto, accudindo com mais gente á expedição e elevando o seu contingente a uns 6.000 homens armados, marchou sobre os negros revoltados e travou com elles em Mupasso sangrento combate. Os makololos deixaram mortos no campo uns 72 homens e muitos prisioneiros importantes. A expedição poz-se novamente em marcha apoz a victoria, que, diga-se desde já, teve no estrangeiro uma extraordinaria resonancia. Na Africa Oriental e principalmente na região sublevada o effeito não foi menor. O sultão Macanjira

estabelecido nas margens do Nyassa prestou vassalagem a Portugal. O chefe M'ponda apressou-se tambem a imital-o; o regulo Malipuri e outro visinho dos makololos foram a Quelimane receber a bandeira portugueza. Mas, enquanto isto succedia, o *Times*, dando conta do combate, fazia affirmações d'este theor: que o major Serpa Pinto enganara o consul inglez na região onde elle se travara, affirmando intenções pacificas, mas que, decorrido algum tempo, levantara conflicto com os makololos, fazendo n'elles grande morticinio e tomando-lhes duas bandeiras britannicas recentemente dadas por aquelle consul. Os makololos, julgando-se abandonados pelos inglezes, tinham então reconhecido a dominação portugueza. O major Serpa Pinto, accrescentava o *Times*, annunciara a intenção de conquistar o Chire até o lago Nyassa e convidara os residentes inglezes a collocarem-se debaixo da protecção de Portugal, tornando-os responsaveis pelas consequencias no caso de recusa. A imprensa franceza, por seu lado, occupando-se da victoria alcançada por Serpa Pinto, falava pouco mais ou menos n'estes termos: «a acção do major portuguez poz termo á comedia que a Inglaterra andava representando em Moçambique. Felicítamol-o por isso. Portugal deu um excellente exemplo. Esperamos que outras nações o saberão seguir na occasião opportuna para fazerem respeitar as espheras de influencia de cada um, e não permittirem as continuas invasões da Inglaterra no terreno alheio».

A informação relativa ao combate transmittida pelo consul

britannico em Zanzibar ao marquez de Salisbury, que se encontrava ao tempo em Hatfield, foi logo noticiada na imprensa londrina com o commentario de que lord Salisbury certamente não procederia com rapidez enquanto não recebesse pormenores do facto; que pediria primeiro explicações a Lisboa, e, se o governo portuguez lh'as não desse, chamaria a Londres o diplomata sr. Petre. D'ahi a dias surgiu, com effeito, a primeira reclamação da Inglaterra sobre a expedição Serpa Pinto. O marquez de Salisbury dirigiu ao governo portuguez uma nota que foi entregue ao sr. Barros Gomes pelo sr. Glynn Petre, ministro britannico em Lisboa. A nota, diziam n'essa occasião os telegrammas de Londres, tinha a forma de uma representação sobre a acção de Portugal na Africa do Sul e Oriental e pedia que o nosso governo repudiasse os actos do agente portuguez no districto da Zambezia. O marquez de Salisbury, affirmava-se, não usava de ameaças; a nota continha uma exposição de varios factos que asseverava terem occorrido e pedia a restauração do anterior *statu quo* na região em litigio; o governo inglez não podia permittir que fosse arriada a bandeira ingleza depois de arvorada por um representante responsavel. Outras informações diziam que a nota vinha redigida em termos correctos, embora o gabinete de Londres registasse, impressionado, as noticias recebidas pelo bispo Smythies, ácerca de hostilidades a estabelecimentos inglezes por parte do major Serpa Pinto, acontecimentos que, afinal, não constavam no nosso paiz. Serpa Pinto, na verdade, objectava-se em Portugal,

limitara-se a desembaraçar o caminho á expedição Ferraz perturbada pelos makololos e mais nada.

Isto passava-se em 18 de dezembro de 1889. A nota do marquez de Salisbury referindo-se exclusivamente ao supposto ataque da expedição portugueza contra os makololos, e não fazendo menção alguma dos outros assumptos pendentes entre a Inglaterra e Portugal sobre as suas respectivas espheras de influencia na Africa do Sul e Oriental e pedindo ao sr. Barros Gomes uma resposta prompta, o mais rapida possivel, e, no caso do ataque se confirmar, a chamada a Lisboa do major Serpa Pinto; o ministro portuguez dos negocios estrangeiros replicou que as informações até á data recebidas não confirmavam as interpretações dadas pelo gabinete inglez aos actos do major, que «repellira sómente o ataque d'uma tribu hostile na bagagem da qual encontrara tres bandeiras inglezas». O sr. Barros Gomes terminava por pedir uma demora afim de poder communicar com o major Serpa Pinto. Entretanto, «para estar preparado para qualquer contingencia», o governo britannico decidia collocar as suas forças navaes proximo de Portugal. Persuadido de que «a reunião de barcos de guerra inglezes no Tejo augmentaria indefectivelmente a irritação dos portuguezes e entorpeceria a acção do governo lusitano nas suas negociações para o arranjo da questão relativa ao paiz do Nyassa», os couraçados britannicos receberam ordem de reunir-se em Gibraltar e de ahi se manterem «em expectativa dos acontecimentos futuros». Os navios destinados a essa empreza foram escolhidos entre

os que formavam a esquadra do Mediterraneo. Os couraçados *Bendvor* e *Colossus*, a 27 de dezembro, levantavam ferro de Malta com destino a Gibraltar. Em Malta tambem se encontravam as fragatas couraçadas *Agammenon* e *Dreadnought*; em Edimburgo igualmente se preparavam outros navios.

Em Portugal, no emtanto, percebiam-se os primeiros symptomas d'uma reacção forte contra o regimen. A imprensa democratica clamava altisonante que se a Revolução ainda se não tinha feito não era porque «o terreno fosse safaro, ou porque as vozes republicanas não encontrassem echo, mas apenas por motivos de ordem secundaria», que não cabiam ao momento discutir. «Comtudo estava provado que a realeza perdera o prestigio, que a dynastia de Bragança alienara todas as sympathias, que as instituições tinham cahido no descredito e que, por conseguinte, o povo desejava vida nova». E perguntava-se: «O que devemos á dynastia? Que principio superior anda ligado á existencia d'essa anachronica forma de governo? A Patria?.. Oh! nós bem sabemos que, quando Portugal se quiz emancipar do jugo da monarchia hespanhola, quem mais conspirou contra a Patria foi o Bragança idiota, por quem os ingenuos combatentes de 1640 andavam expondo a vida; sabemos como esta funesta dynastia tem, pouco a pouco, em presentes de noivado e como premio de serviços contra a nação, entregado as nossas colonias aos inglezes; sabemos como, na hora do perigo para a nossa independencia, para a nossa honra nacional, o sr. D. João VI fugiu covardemente para o Brazil;

sabemos como o pae do actual reinante (D. Luiz) escreveu umas cartas criminosas a Napoleão III, no intuito de se formar em seu proveito e da sua raça a união iberica. A Liberdade?.. Não a suffocam, porque não podem. O Bragança, que aqui implantou o systema constitucional, fôra um despota no Brazil. Escorraçado de lá, como não podia apresentar-se em frente da monarchia tradicional representada por seu irmão, em nome de outro principio deu-nos a constituição que, mais tarde, seu filho rasgou á vontade, abafando os clamores angustiosos da nação, com a intervenção das armas estrangeiras...»

CAPITULO IV

O governo progressista cede ante as exigencias da Grã-Bretanha

Os primeiros dias de janeiro de 1890 ainda reflectiram as benignas razões dadas pelo sr. Barros Gomes ao governo inglez. Não se podia exauctorar Pereira Ferraz e Serpa Pinto – dizia o ministro e diziam alguns jornaes de Lisboa – prestando apenas credito ás informações dos funcçionarios britannicos. Era necessario ouvir os dois expedicionarios e ouvir-lhes as allegações que, decerto, produziriam sobre a sua attitude em tão melindroso assumpto. Uma parte da imprensa acreditava até ingenuamente que a Inglaterra não tardaria a modificar o tom aggressivo das suas notas diplomaticas, substituindo-o por outro de feição conciliadora: «em primeiro logar, porque assim o quer o respeito devido por cada nação a todas as outras; em segundo logar, porque, se procurasse entregar á violencia a decisão d'um pleito em que devem ser ouvidos e escutados os argumentos de parte a parte e em que a justiça ou a equidade deve proferir sentença em unica instancia, não só concitaria a nossa resistencia mas, porventura, tambem provocaria a indignação do mundo». E essa parte da imprensa ia mesmo mais longe na sua ingenuidade: «A Grã-Bretanha sabe que, embora sejam enormes as suas forças comparadas com as nossas, poderia arriscar-se a revezes se

desrasoadamente accendesse a guerra na Africa...»

Ao abrir-se o parlamento, o rei D. Carlos, que, pela primeira vez, se apresentava a desempenhar o seu papel constitucional de «chave de todos os poderes», lendo o classico discurso da côroa, sublinhou estas passagens, que a assembleia dos representantes da nação escutou com rara e justificada avidez:

«Recentemente as patrioticas aspirações da nação ingleza e do governo de sua magestade britannica, a dilatarem as suas vastas possessões na Africa, encontraram-se em mais d'um ponto d'esse continente, com o firme proposito de Portugal de conservar sob o seu dominio e de utilizar para a civilisação os territorios africanos que primeiro foram descobertos e trilhados pelos portuguezes, por elles foram revelados e abertos ás missões do christianismo e ás operações do commercio e nos quaes as auctoridades portuguezas teem praticado os actos de jurisdicção e influencia consentaneos ao estado social dos seus habitantes, actos que sempre bastaram para significar dominio incontestavel.

«Este encontro poz em relevo desaccordos de opinião entre o meu governo e o de sua magestade britannica ácerca das condições a que devem satisfazer e dos titulos que teem de adduzir as soberanias europeias em Africa, para serem reconhecidas pelas potencias, e d'esses desaccordos resultou uma correspondencia diplomatica que ainda os não poudes sanar e que tambem houve de occupar-se de outras divergencias, posteriormente suscitadas, sobre o modo de apreciar um conflicto, occorrido nas margens do Chire, entre uma tribu

indígena e uma expedição scientifica portugueza. O meu governo, inspirando-se no sentimento nacional e conformando-se com o voto unanime das duas casas do parlamento, tem diligenciado convencer o de sua magestade britannica do direito que assiste a Portugal de reger os territorios ao sul e norte do Zambeze sobre que versa a mencionada correspondencia, limitando-se, durante o incidente e em todos os seus termos, a manter dominios que sempre reivindicou, e reiterar declarações que sempre fez. E n'esta attitude persistirá com o apoio, que decerto lhe não ha de faltar, dos representantes da nação, esperando conseguir uma equitativa conciliação de todos os legitimos interesses, que promptamente restabeleça, como eu desejo, o perfeito accordo entre os governos de duas nações ligadas por vinculos de amizade e tradições seculares».

Pura illusão! No dia 5 de janeiro, o ministro inglez em Lisboa, rebatendo a asseveração do sr. Barros Gomes de que Serpa Pinto, travando combate com os makololos, se limitara a «repellir o ataque d'uma tribu hostile» escrevia-lhe notando que «essa asseveração não parecia ao seu governo de muito peso, pois que a acção dos makololos, quer tivessem ou não tomado a offensiva, fôra unicamente determinada pelo desejo de proteger o seu territorio contra a invasão dos portuguezes». A questão attingia, evidentemente, a sua phase aguda. O *Times*, referindo-se-lhe, dizia que, se a Inglaterra não tomasse promptas providencias «para apagar a impressão causada pelas incursões do major Serpa Pinto, toda a região dos Lagos Africanos se incendiaria;

os makololos tinham visto a Inglaterra grosseiramente ultrajada; era necessario que a vissem reivindicar claramente a sua honra». Por outro lado, o governo portuguez, desejoso, sem duvida, de attenuar um pouco a irritação que o da Grã-Bretanha denunciara na nota de 5 de janeiro, havia ordenado a Serpa Pinto que recolhesse á metropole. Mas nem com isso o colosso amorteceu a pancada.

O sr. Barros Gomes tentou então propôr a suspensão temporaria de qualquer procedimento e submeter o litigio ao exame e decisão d'uma conferencia internacional. Trabalho inutil. Á nota do dia 8 d'aquelle mez, em que o sr. Barros Gomes lamentava que a Inglaterra nunca tivesse reconhecido o direito historico constantemente affirmado por Portugal aos territorios do Chire e do Nyassa, a essa nota, o ministro Petre respondeu no dia 10 com um *memorandum*— guarda avançada da exigencia formal. «O governo britannico, frisava esse documento, precisa saber se foram ou não enviadas instrucções rigorosas ás auctoridades portuguezas em Moçambique com referencia aos actos de força e ao exercicio de jurisdicção que ali subsistem actualmente». E, quasi sem dar tempo a que a sr. Barros Gomes digerisse o tom comminatorio do *memorandum*, o ministro Petre entregou-lhe o famoso *ultimatum* concebido n'estes termos:

O governo de sua magestade britannica não pode acceitar como satisfatorias ou sufficientes as seguranças dadas pelo governo portuguez, taes como as interpreta. O consul interino de sua magestade em Moçambique telegraphou, citando o proprio

major Serpa Pinto, que a expedição estava ainda occupando o Chire e que Kalunga e outros logares mais no territorio dos makololos iam ser fortificados e receberiam guarnições. O que o governo de sua magestade deseja e em que insiste é no seguinte:

Que se enviem ao governador de Moçambique instrucções telegraphicas immediatas para que todas e quaesquer forças militares actualmente no Chire e nos paizes dos makololos e mashonas se retirem. O governo de sua magestade entende que sem isto as seguranças dadas pelo governo portuguez são illusorias.

Mr. Petre ver-se-ha obrigado, á vista das suas instrucções, a deixar immediatamente Lisboa com todos os membros da sua legação, se uma resposta satisfatoria á precedente intimação não fôr por elle recebida esta tarde; o navio de sua magestade «Enchantress» está em Vigo esperando as suas ordens.

O ultimatum tinha a data de 11 de janeiro. No mesmo dia o sr. Barros Gomes entregava ao ministro inglez a resposta. Não a transcrevemos na integra, dada a sua extensão. Registem-se comtudo os seus pontos essenciaes. Abria pela declaração infantil de que o governo portuguez julgava ter, com a sua nota do dia 8, satisfeito «por inteiro quanto d'elle reclamava o de sua magestade britannica; antecipando-se á segurança d'uma justa reciprocidade, que devia constituir o natural preliminar das suas resoluções, apressara-se a enviar para Moçambique as ordens mais terminantes no sentido de fazer respeitar desde logo, em toda a provincia, o compromisso tomado, no intuito de facilitar

a realização d'um accordo com a Grã-Bretanha, pelo qual o governo portuguez sempre pugnara». A resposta do sr. Barros Gomes fechava assim:

Na presença d'uma ruptura imminente de relações com a Grã-Bretanha e de todas as consequencias que d'ella poderiam talvez derivar-se, o governo de sua magestade resolveu ceder ás exigencias recentemente formuladas e, resalvando por todas as formas os direitos da corôa de Portugal nas regiões africanas de que se trata, protestando bem assim pelo direito que lhe confere o artigo 12.º do Acto Geral de Berlim, de ver resolvido definitivamente o assumpto em litigio por uma mediação ou pela arbitragem, o governo de sua magestade vae expedir para o governador geral de Moçambique as ordens exigidas pela Grã-Bretanha. Aproveito a occasião para renovar a v. ex.ª as seguranças da minha alta consideração.

Resumindo: se a intimação era cathgorica, e a ameaça do governo inglez resumava inilludivelmente o proposito de vexar, de humilhar o pequeno paiz ao qual ella se dirigia, a resposta não podia ser mais subserviente, apesar do fraco esboço de protesto com apoio no direito internacional consignado nas ultimas linhas do documento. Ao pontapé vibrado impiedosamente pela Inglaterra, Portugal offerecia uma curvatura de espinha só propria d'um lacaio... Custa dizel-o sem disfarce, mas é a verdade.

A noticia do *ultimatum* foi divulgada em Lisboa poucas horas depois do sr. Barros Gomes a ter recebido. No dia 12 de manhã,

um jornal dos de maior circulação exclamava, em typo graúdo, no logar mais saliente da sua primeira pagina:

«O governo inglez, o philantropico e honesto governo inglez, recorreu, enfim, ao argumento que lhe é usual nas discordias com os povos pequenos. Recorreu ao argumento da força! O governo portuguez recebeu uma intimação formal: ou dá promptas satisfações, n'um curto praso, que deveria ter terminado ás 2 horas da manhã de hoje, ou marcha sobre Lisboa a poderosa esquadra que está reunida em Gibraltar, com ordem de bombardear a capital de Portugal! Lisboa, a nossa querida e formosissima Lisboa, bombardeada pelos canhões da Inglaterra! A cidade de onde partiram os descobridores audazes que deram ao mundo – e no mundo mais que a nenhum outro povo, ao povo britannico – a America prodigiosa, e essa Asia, onde a Inglaterra tem o seu grande imperio, e essa Africa, por um ponto insignificante da qual se levanta o presente conflicto – a cidade dos navegadores heroicos e generosos, destruida a tiros de peça pelos couraçados da nação colonial por excellencia! É phantasticamente horrivel!

«Que respondeu o governo? Salvou a sua honra, ou salvou a historia d'esta immensa vergonha, e Lisboa d'esta immensa catastrophe? Nada podemos averiguar. O ministerio esteve reunido até alta noite e do que decidiu só hoje, provavelmente, haverá conhecimento. A hora não é de recriminações. Aguardemos com serenidade e com firmeza o que o destino, a imprevidencia dos homens e a rapacidade d'uma nação egoista

e desalmada nos preparam n'este momento solemne da nossa historia!»

Estava lançado o rebate. O povo, a genuína massa do povo, não tardaria a entrar em scena, manifestando-se por uma fôrma até então desconhecida pelos serventuarios da monarchia – explodindo indignação e sincero patriotismo. O partido republicano, firmando-se n'esse impulso da opinião, adquiria novo alento e preparava-se para ulteriores trabalhos de propaganda, mais forte, melhor orientada e, sobretudo, de maior efficacia.

CAPITULO V

O protesto contra o "ultimatum" echoa de norte a sul do paiz

O domingo 12, isto é, o dia immediato ao da recepção do *ultimatum*, consagrou-o a população lisboeta a commentar o acontecimento. Uma parte da imprensa, fazendo o resumo do conflicto diplomatico que desfechára na affronta despedida pela Grã-Bretanha, accrescentava que, enquanto o ministro inglez sr. Petre entregava a intimação formal ao sr. Barros Gomes, este recebia do governador de Cabo Verde um telegramma communicando-lhe que entrara no porto de S. Vicente com carta de prego um cruzador britannico; o nosso consul em Gibraltar avisava-o, por seu turno, de que a esquadra do Canal lá estava concentrada, prompta ao primeiro aviso; o consul em Zanzibar tambem telegraphava participando a sahida para as costas de Moçambique de dez navios de guerra inglezes, acompanhados de um transporte com carvão e mantimentos. Perante esta situação, o governo consultara o conselho de Estado, que reunira sob a presidencia do rei D. Carlos. No conselho tinham votado pela satisfação ás exigencias da Inglaterra os srs. Barjona de Freitas, José Luciano de Castro, conde de S. Lourenço, Barros Gomes e João Chrysostomo. O sr. Antonio de Serpa manifestára-se pela arbitragem e por que só fossem mandadas retirar as forças

portuguezas do Chire depois da Inglaterra a acceitar.

Á tarde, apesar da excitação popular já ser bem visível, o rei D. Carlos exhibiu-se em passeio na Avenida da Liberdade e seu irmão o infante D. Affonso percorreu á desfilada varios pontos da cidade, mostrando-se um e outro completamente alheios do facto que enlutára a nação. Ao começo da noite formaram-se grupos numerosos no Rocio e como do Colyseu da rua da Palma sahisse, em certa altura, um cortejo de patriotas que soltavam calorosos vivas á nação, ao exercito e á imprensa e morras ao governo e á Inglaterra, os grupos addicionaram-se-lhes e uma enorme multidão dirigiu os passos para a Sociedade de Geographia. Ahi, d'uma das varandas, falou o sr. Luciano Cordeiro:

– A Inglaterra, trovejou, pode expulsar-nos pela força, mas o direito subsiste! Precisamos protestar contra a pirataria britannica!..

Mas, da multidão, elevaram-se outras vozes:

– E contra o governo que nos traiçooou! E contra os Braganças que nos jungiram á Inglaterra!..

Depois, a grande massa dos manifestantes subiu á parte alta da cidade a saudar a imprensa, que se collocára abertamente ao lado do povo, verberando a affronta. As redacções do *Seculo*, *Revolução de Setembro*, *Jornal da Noite*, *Jornal do Commercio*, *Debates*, *Correio da Manhã* e *Gazeta de Portugal* foram alvo de manifestações de sympathia. Á passagem em frente da redacção do *Dia*, alguns dos populares deram palmas enquanto outros se

limitaram a bradar: «Viva Portugal! Abaixo a Inglaterra!». Em frente ao *Correio da Noite* produziu-se uma manifestação hostil ao governo, manifestação que se repetiu junto do *Reporter* e que redobrou de violencia em frente das *Novidades*, com morras ao sr. Emygdio Navarro, aos «progressistas traidores» e gritos de: «Abaixo o *chalet*! Viva a Republica!»

Na rua Serpa Pinto, a multidão, lembrando-se do nome do official que derrotara os makololos, rompeu em estrepitosas acclamações em sua honra. O entusiasmo attingiu proporções indescriptiveis. Do terceiro andar d'uma casa habitada por uma modista, falou um academico convidando os collegas a realisarem no dia seguinte um grande cortejo patriotico. Foi delirantemente applaudido. Da rua Serpa Pinto, a massa popular avançou depois sobre o theatro de S. Carlos e irrompeu na sala dando vivas á patria e clamando contra a Inglaterra. Os *habitués* da nossa Opera, — *a jeunesse dorée*— tranzidos de pavor, não lhe oppuzeram a menor resistencia. Dentro e fora do edificio os manifestantes gritavam:

– Hoje não é dia de espectáculo, é dia de luto!..

Sahindo de S. Carlos, alguém lembrou que o consulado inglez era na rua das Flores. O rastilho propagou-se. N'um abrir e fechar d'olhos, a casa do consul foi apedrejada, arrancando-se da parede o respectivo escudo. Apedrejaram igualmente a residencia do sr. Barros Gomes. E, só quando a policia interveiu, prendendo 61 dos populares, é que a mole se desfez, mas preparando *in mente* para o dia seguinte novas e incisivas manifestações de

antipathia á Grã-Bretanha e ao governo que promptamente se lhe submetterá. Entretanto, esse ministerio pedia a demissão, abalado pelos primeiros symptomas da reacção nacional. Para mais o movimento de protesto não se limitára a Lisboa. Repercutira de norte a sul do paiz, revelando energias civicas que desnorream por completo a corôa e os partidos da monarchia.

No dia 13 de janeiro, os estudantes da capital effectuaram uma reunião na Escola Polytechnica, reunião a que compareceram os alumnos da Escola Naval, da Escola do Exercito e do Collegio Militar. Presidiu o sr. Hygino de Sousa e falaram varios oradores, todos elles estygmatisando com violencia a affronta ingleza e aconselhando a *boycottage* aos productos da Grã-Bretanha. Um professor do lyceu de Lisboa, sr. Carlos de Mello, tentou, n'um discurso habil, defender o sr. Barros Gomes, mas a assembléa recebeu pessimamente as suas palavras e foi resolvido acto continuo que a academia se dirigisse á camara dos pares a pedir ao parlamento declarações terminantes que serenassem o espirito publico. Assim se fez e um cortejo de mais de quinze mil pessoas, sahindo da Escola Polytechnica, encaminhou-se para S. Bento.

Á entrada do Largo das Côrtes, do lado do mercado, um cordão de policias pretendeu impedir a passagem aos manifestantes, mas o cortejo rompeu-o e tudo passou. A guarda do palacio chamou ás armas e calou bayonetas. Em frente do edificio, destacou-se do cortejo uma commissão que foi falar ao presidente da camara. A policia dentro e fora do edificio era em

tão grande quantidade que Fialho d'Almeida soltou esta *boutade*:

– Os seios da representação nacional trazem hoje espartilho de guarda civil...

Os aspirantes de marinha, receiando que a massa de povo aglomerada no largo fosse maltratada pela força militar, formaram deante d'esta, offerecendo-lhe como que uma barreira, e a sua attitude provocou uma ovação extraordinaria, frenetica de enthusiasmo. D'ahi a momentos, a commissão que se avistara com o presidente da camara voltou para junto dos manifestantes, e communicou-lhes que o parlamento, tendo tomado em consideração a *démarche* patriotica da academia, occupar-se-hia, na sessão seguinte, dos assumptos que interessavam a defeza e a integridade do paiz. O cortejo andou depois a percorrer varias ruas da cidade, pronunciando-se hostilmente em frente dos jornaes caracterisadamente governamentais e á noite repetiram-se as scenas da vespera, queimando-se bandeiras inglezas, victoriando-se em delirio os nomes de Serpa Pinto, Latino Coelho e outros democratas então em evidencia.

No dia 14, pelas seis e meia da tarde, sahiu do Café Aurea um grupo de estudantes soltando vivas á patria, á liberdade, á independencia nacional, ao exercito e á marinha. A esse grupo juntou-se na rua do Ouro e praça de D. Pedro muito povo e á porta do Café Martinho o antigo deputado progressista sr. dr. Eduardo de Abreu propoz à multidão que se envolvesse em crepes a estatua de Camões. Dito e feito. Os manifestantes fiaram pela rua Nova do Carmo e o Chiado, explodindo

sempre o maior entusiasmo, aos degraus do monumento subiram alguns individuos, arranjou-se uma escada, passou-se o crepe em largas dobras rodeando a estatua e rematando sobre a corôa de ferro ali deposta pelos estudantes em 1880 e, no meio do mais respeitoso silencio, leu-se ao povo este cartaz, que foi depois affixado:

Estes crepes, que envolvem a alma da patria, são entregues á guarda do povo, do exercito e da alma nacional. Quem os arrancar ou mandar arrancar é o ultimo dos covardes vendido á Inglaterra.

Uma prolongada e fremente salva de palmas acolheu a leitura d'este protesto, simples e curto, mas d'uma eloquencia esmagadora e o cortejo patriotico voltou, como nos dias anteriores, a percorrer as ruas de Lisboa, gritando febrilmente o seu desejo de liberdade e a revolta contra a ignominia com que a nação fôra aviltada. O ministerio progressista já tinha sido substituido por um outro de feição regeneradora, sob a presidencia do sr. Antonio de Serpa e em que figuravam pela primeira vez o sr. João Arroyo na pasta da marinha, João Franco na da fazenda e Vasco Guedes na da guerra. Um dos actos do novo governo, mal subiu ao poder, foi o de procurar reprimir todas as manifestações patrioticas inspiradas no *ultimatum*, mandando espadeirar dezenas de populares que na noite de 14 de janeiro desciam o Chiado desferindo as suas exclamações de odio á poderosa Albion. O inicio, como se vê, não podia ser mais promettedor de brutalidade e arbitrio.

CAPITULO VI

Serpa Pinto, heroe africano, perde o prestigio

D'essa agitação imponente, d'essa inesperada revelação de civismo em face da humilhação inflingida ao paiz, sahira, porém, uma ideia, que, encontrando rapidamente o maior apoio em todas as classes manifestantes, em breve se traduziu n'uma aspiração nacional. Referimo-nos á subscrição da iniciativa dos alumnos da Escola Naval destinada á compra de meios de defeza maritima. De toda a parte acudiram donativos, e dentro de pouco tempo a commissão incumbida de os recolher e que tinha como secretario o sr. dr. Eduardo de Abreu, desligado do partido progressista e filiado, com Guerra Junqueiro, no partido republicano, houve de fazer as suas reuniões no salão do theatro D. Maria e de ali centralisar o trabalho que lhe estava affecto.

Ao mesmo passo organisava-se a Liga Patriotica do Norte collocada sob a egide de Anthero de Quental; Alfredo Keil, imitando Rouget de Lysle, compunha o hymno a *Portuguesa*, para o qual o sr. Lopes de Mendonça escrevia os versos e esse canto vulgarisava-se tanto ou mais que a *Marselheza*; faziam-se diariamente conferencias publicas de esclarecimento e de protesto; os nomes dos mais illustres africanistas andavam em todas as boccas aureolados de ruidosa celebridade. Houve

mesmo uma epoca em que o de Serpa Pinto se ligou á narrativa d'um incidente sul-africano com proporções de feito heroico. Foi quando a imprensa deu publicidade á carta que elle dirigira ao agente britannico Buchanan que o intimara a não avançar pelas terras dos makololos, collocados sob a protecção do governo inglez. N'essa carta dizia Serpa Pinto:

«Se na verdade os makololos estão debaixo da protecção do governo inglez e por conseguinte lhe obedecem, estou certo de que a minha passagem será facil e segura, porque o governo inglez, representado por v. ex.^a, só me póde dar facilidades, sendo eu d'um paiz que sempre teve abertas, franca e lealmente, as portas das suas colonias ás expedições scientificas inglezas, prestando-lhes todo o auxilio e amparo; mas, em todo o caso, se é verdade o que v. ex.^a, me diz, peço-lhe que convença os makololos de que a minha expedição é pacifica e scientifica, que lhes diga que pertenço a uma nação amiga da Inglaterra e que, portanto, não perturbem a minha marcha, perturbação a que v. ex.^a, n'esse caso, não pode ser considerado extranho; e assegurando-lhe que não posso consentir que um chefe negro queira disputar-me a passagem, ou fazer-me o mais insignificante insulto, asseguro, além d'isso, a v. ex.^a, que, se na minha entrada no territorio makololo eu fôr atacado, tomarei immediatamente a offensiva e acabarei de uma vez com essa causa constante de perturbação n'esta parte do Chire.»

E n'outro paragrapho:

«Emquanto á intimação que v. ex.^a me faz de não continuar

no meu caminho, peço licença para lembrar a v. ex.^a que eu só recebo ordens do governo de sua magestade fidelissima, de quem as recebo directamente e, como não recebi ordem em contrario, continuarei, tenaz e pacificamente, a minha jornada, arvorando uma bandeira de paz e só de paz, mas prompto a repellir com energia quaesquer aggressões sem motivo que me possam ser feitas».

Mas Serpa Pinto, longe de conservar esse favor popular, tornando-se o proeminente defensor das reivindicações da grande massa, optou, em breve, pelo serviço incondicional á corôa e essa attitude divorciou-o completamente do nucleo democratico, que o encarara durante algum tempo como uma das esperanças mais promettedoras. E, divorciado, perdeu o prestigio. Quando morreu, dez annos mais tarde, estava em absoluto esquecido. Continuemos, porém, a contar os episodios que caracterisaram essa phase de agitação nacional, consequencia do *ultimatum*.

O sentimento da dignidade collectiva, despertando com extraordinaria vehemencia, produziu em todas as classes, até mesmo na aristocratica, uma reacção contra a Grã-Bretanha. O duque de Palmella, por exemplo, tendo renunciado ás condecorações inglezas que possuia, collocou-se á frente da commissão da subscrição patriotica; dos partidos monarchicos desertaram alguns homens dos mais eminentes; surgiu, emfim, uma nova imprensa, reflectindo, como diz João Chagas «não já os interesses especiaes do partido republicano, mas as coleras

e os entusiasmos do patriotismo, identificado com a republica para a missão commum da desaffronta».

Fundou-se a *Patria*, jornal de estudantes de Lisboa, e, logo de entrada, essa folha, feita um pouco *à la diable*, investiu denodadamente contra o velho regimen, apaixonando em alto grau a opinião. N'ella se revelaram, entre outros politicos militantes, Brito Camacho e Hygino de Sousa. E a sua acção de propaganda foi tão intensa que a ella se deveu, sem duvida, uma grande parte da tensão revolucionaria mantida atravez do anno de 1890 e começo do anno seguinte.

Aqui tem cabimento referir que o directorio do partido republicano, julgando azado o momento de sancionar com a sua chancella a recrudescencia do partido democratico, publicou n'essa occasião um manifesto em que propunha a congregação dos esforços honestos no sentido de se rejuvenescer Portugal não só confiando-o ao novo regimen como protegendo-o internacionalmente por meio d'uma federação latina. Esse manifesto concluia assim:

«Só a republica pode organizar o exercito e a marinha, fortificar Lisboa, administrar as colonias e defender a nação affrontada. A republica, no meio d'estes desastres publicos, está na consciencia de todos como o recurso definitivo da nossa estabilidade nacional. Da consciencia para os factos vae um momento. E esse momento approxima-se.»

Por outras palavras: o directorio comprehendia, ou convencia-se, n'essa altura, de que a propaganda bem dirigida resultaria

fatalmente na liquidação, dentro de curto praso, das instituições que envergonhavam o paiz. E se o trabalho no ambiente rubro dos centros políticos denunciava então uma actividade excepcional, fóra, na rua, auxiliavam-no, ainda que d'outro modo, as manifestações da grande massa, que não affrouxava em protestar energicamente contra o *ultimatum* e a cobardia da familia brigantina.

Dois dias a fio, um cortejo composto exclusivamente de marinheiros da armada appareceu n'alguns pontos de Lisboa, saudando enthusiasmicamente a bandeira da patria e dando vivas á independencia nacional. O governo atemorizou-se com o facto e ameaçou os manifestantes de os encarcerar durante trinta dias. Ao mesmo tempo, a policia recebeu ordem de empregar maior violencia na dispersão dos grupos patrioticos. Uma coisa e outra, porém, não impediram que a onda de indignação se avolumasse e que frequentemente se produzissem incidentes demonstrando que o divorcio entre a nação e a dynastia se accentuava cada vez mais. N'um dos ultimos dias de janeiro, o Gremio Henriques Nogueira, tendo dirigido caloroso convite ao povo de Lisboa, organisou uma manifestação imponente que, em marcha correcta e digna pelas ruas da cidade, se dirigiu ás legações de França e Hespanha a agradecer á opinião dos dois paizes, a sympathia e a solidariedade moral dispensadas nas horas ltuosas da affronta ingleza. O gabinete regenerador, entretanto – muito embora todos os grupos politicos lhe tivessem offerecido apoio incondicional no respeitante á questão anglo-

lusa – fazia dissolver o parlamento, collocando-se em verdadeira dictadura. O presidente do conselho, sr. Serpa Pimentel, e o ministro dos estrangeiros, o sr. Hintze Ribeiro, preparavam-se assim para negociar com a chancellaria britannica o accordo final, sancionando a expoliação contida no *ultimatum*.

Em 11 de fevereiro, repetiram-se na capital, e com maior intensidade, as scenas de agitação popular que haviam caracterizado os primeiros dias do mez anterior. Motivou-as a prohibição d'um comicio no colyseu da rua da Palma, em que se deveria «accordar nos meios de se enviar uma mensagem de congratulação e agradecimento ao povo francez e hespanhol e de se apreciar o pensamento e a oportunidade da liga portugueza anti-britannica como base dos trabalhos da federação dos povos latinos». Pouco antes, como corressem boatos de que o governo projectava dissolver a camara municipal de Lisboa, o presidente d'essa corporação, o sr. Fernando Palha, apressara-se a inquirir do chefe do governo os motivos de tão arbitraria resolução, tomando ao mesmo passo varias medidas tendentes a resistir-lhe caso ella fosse levada á pratica. O sr. Serpa Pimentel, apesar do decreto de dissolução já estar lavrado, recebeu publical-o e respondeu ao sr. Fernando Palha que os boatos eram insubsistentes, calculando que, recuando n'essa altura da situação, poderia conjurar uma nova explosão de sentimentos patrioticos.

No dia 11, á tarde, quando o povo se encaminhava para o colyseu da rua da Palma a assistir ao comicio, verificou-se

que o governo não só decidira obstar á sua realisação como á d'um cortejo organizado pelo Gremio Henriques Nogueira, que se propunha, n'esse mesmo dia, collocar uma corôa no monumento a Camões. A policia e a municipal que estacionavam nas immediações do colyseu tinham modos provocadores. O povo, porém, conservou-se tranquillo e só ás 3 horas, quando se convenceu em absoluto de que a ordem do governo era irrevogavel, é que formou um cortejo, acompanhando na retirada do local os oradores que deviam falar no comicio: Jacintho Nunes, Manuel de Arriaga, Consiglieri Pedroso e outros. Chegado esse cortejo ao Rocio, Manuel de Arriaga, no intuito de fazer dispersar a multidão, subiu a um banco e dando um *viva á patria*, disse:

– Povo: o governo sahiu da lei prohibindo a nossa reunião. Conservemo-nos dentro d'ella, protestando contra os que a violaram.

O sr. Jacintho Nunes tambem proferiu algumas palavras no mesmo sentido. O povo, enthiasmado, applaudiu os dois oradores. Mas não foi preciso mais para a policia iniciar as violencias e as prisões. As correrias dos guardas lançaram no recinto largos minutos de panico. Chamou-se ali, como reforço, um esquadrão de cavallaria. O povo recebeu-o com demonstrações de sympathia e os soldados desfilaram socegradamente, acompanhados dos vivas da multidão. Os primeiros presos foram Manuel de Arriaga e Jacintho Nunes. Depois a leva, comprehendendo uns 130 individuos, seguiu para

o governo civil, d'onde, no dia immediato, foi mandada para bordo do *India* e do *Vasco da Gama*.

Assim que o facto constou na cidade, o commercio fechou meia porta e quasi todas as associações realisaram sessões de protesto. Reappareceram os incidentes tumultuosos, a população voltou a agitar-se, os jornaes democratas abriram subscrições em favor dos presos e, ás ameaças de novas e maiores violencias, o elemento popular respondeu approximando-se mais e mais dos vultos então em evidencia no partido republicano. A *Patria*

Конец ознакомительного фрагмента.

Текст предоставлен ООО «ЛитРес».

Прочитайте эту книгу целиком, [купив полную легальную версию](#) на ЛитРес.

Безопасно оплатить книгу можно банковской картой Visa, MasterCard, Maestro, со счета мобильного телефона, с платежного терминала, в салоне МТС или Связной, через PayPal, WebMoney, Яндекс.Деньги, QIWI Кошелек, бонусными картами или другим удобным Вам способом.